

Deputados denunciam uma "campanha"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Sob aplausos de grande parte dos cerca de 120 deputados presentes em plenário, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, leu ontem nota da Mesa da Casa afirmando que "as agressões indiscriminadas contra o Congresso Nacional e parlamentares levam à suposição da existência de um plano adrede preparado para obscurecer os grandes escândalos do período autoritário e minar a resistência democrática do Parlamento".

Em seguida, anunciou estar em entendimento com o presidente do Senado, José Fragelli, para, com base na lei, convocar rede de rádio e televisão a fim de que o Congresso "exerça seu legítimo direito de defesa, até por questão de sobrevivência".

Foi esse o ponto culminante das reações que se registravam em plenário desde a abertura da sessão, às 13 horas, contra a "campanha de desmoralização do Congresso", que tinha como fato mais recente a publicação, na primeira página da edição de ontem do *Jornal de Brasília*, de duas fotografias consideradas "ofensivas" aos parlamentares. Uma mostrava o painel eletrônico do plenário da Câmara e dizia que, "como nos tempos do ABC", os deputados aprendiam a acionar o dispositivo "antiplano"; outra, um circo, em primeiro plano, na Esplanada dos Ministérios, ocupando quase exatamente o lugar da cúpula do Senado Federal, sob o título: "Um circo e suas semelhanças".

Todas as lideranças já se haviam manifestado contra a "campanha" e em repúdio à publicação do *Jornal de Brasília*. Pelo PMDB, José Mendonça de Moraes (MG) afirmou que, "por trás disso", está a Abert — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. "Mas aqui — advertiu — há homens com coragem de reagir contra os tubarões da comunicação. Mexeram aqui com vara curta".

Gastone Righi (SP), líder do PTB, também conseguiu aplausos ao anunciar estar preparando projeto de lei proibindo todos os órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, bem como as empresas estatais, autarquias e sociedades de economia mista, de veicular "qualquer publicidade paga em órgãos de imprensa". Isso, segundo ele, "para evitar a pecha de estar a imprensa agindo venalmente". Ele mencionara especialmente o caso da "ação tendenciosa, em São Paulo, na divulgação de pesquisas falsas".

A primeira manifestação ocorreu pouco depois das 14 horas, quando o deputado Josias Leite (PDS-PE) se encontrava na tribuna, criticando a política econômica. Amaral Neto (PDS-RJ) entrou pelo corredor central com o exemplar do *Jornal de Brasília* nas mãos e, em voz alta, indignado, começou a exibi-lo a outros colegas, até que a deputada Bete Mendes (sem partido-SP), na presidência, apertou a campanha para indicar que havia orador na tribuna. Amaral pediu desculpas ao orador, mas aproveitou para levar seus protestos ao microfone.

Quando já estava para reiniciar o período destinado à ordem do dia, um dos vice-líderes do PMDB, Arthur Virgílio Neto (AM), reclamou da Casa "atitude viril": "Quem trama contra o poder civil — o poder que derrubou a ditadura, deve estar querendo de volta o autoritarismo". Ele acusou "setores da imprensa" por essa "campanha". Quanto ao *Jornal de Brasília*, assinalou, "pertence a um deputado faltoso, relapso e que, se o Regimento fosse cumprido à risca, poderia até ter tido o mandato cassado". E acrescentou: "Fui ver o circo. Não está instalado em frente ao Congresso, mas sim do Estado-Maior das Forças Armadas".

Hugo Mardini (RS), pelo PDS, antes mesmo que Ulysses entrasse em plenário para ler a nota, considerou que esta, apenas, não seria suficiente. Reclamou da mesa "urgência no exame do pedido de requisição de rede de rádio e televisão".

Amaral Neto voltou ao microfone para lembrar que, em 1966, estava entre os que reagiram quando o Con-

gresso foi militarmente ocupado. "Hoje — assinalou — a ameaça não vem do poder militar. É algo pior, muito mais grave, porque se trata do aniquilamento moral da instituição." Em seguida, notou que o *Jornal de Brasília* compara o Congresso a um circo, mas "é um circo que tem entre seus palhaços o próprio diretor do jornal, que é um dos palhaços mais ausentes..."

"Peço ao deputado que se atenha à linha parlamentar" — advertiu Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), na presidência dos trabalhos.

"Quem ofende o deputado é o seu próprio jornal" — defendeu-se Amaral. E condenou o Executivo, também, por permitir essa "campanha" e por prestigiar, colocando na Comissão Constituinte empresários que fizeram críticas ao Congresso, como é o caso, citou, de Antônio Ermírio de Moraes e Luís Eulálio Bueno Vidigal. "Temos de pôr um basta nessa infâmia! Não queremos Ulysses solicitando programas de televi-

são, contemporizando, mas sim extinguindo rede de rádio e televisão."

Sérgio Lomba (RJ), pelo PDT, classificou a "campanha" de "infame" e acusou os órgãos de comunicação de "viverem à sombra do poder, locupletando-se de recursos públicos". Que pretendem esses senhores, e que vivem dos favores públicos? Pensam que são o quarto poder?"

José Eudes (RJ), pelo PT, afirmou: "O grande empresariado, que hoje faz campanha contra nós, na época da ditadura era cúmplice dela. Há um interesse torpe em desmoralizar esta Casa, para que eles tenham assento na Constituinte".

Em meio às manifestações, registraram-se algumas que procuraram atribuir as agressões aos juizes trabalhistas, em São Paulo, à "campanha" que se faz contra o Congresso. "É a autoridade que começa a ser desrespeitada" — afirmou José Mendonça de Moraes. E Amaral Neto foi mais direto: "É produto da campanha contra as instituições democráticas."